

A RELAÇÃO ENTRE MERCADO DE TRABALHO E AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DO PROFESSOR NA SOCIEDADE CAPITALISTA

THE RELATION BETWEEN THE LABOR MARKET AND THE POLICIES FORMATION OF THE TEACHER IN THE CAPITALIST SOCIETY

Marta Rosani Taras Vaz 

Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG
Ponta Grossa, PR, Brasil
martarosanni@hotmail.com

Resumo. Este artigo objetiva problematizar os limites da relação entre o trabalho assalariado e as políticas de formação profissional docente, a fim de argumentar a importância de uma transformação radical das relações sociais de produção para a superação dos problemas relativos ao emprego e valorização docente. Por meio da análise da oferta e demanda de professores/pedagogos no mercado de trabalho no Brasil e, particularmente, no Estado do Paraná, no período de 2009 à 2013, consideramos que há uma tendência de desvalorização profissional oriunda da própria lógica das relações entre trabalho e capital. Nesse sentido, a partir da análise da realidade subsidiada pelo referencial teórico metodológico do Materialismo Histórico Dialético, defendemos uma organização social pautada no trabalho livremente associado para a superação dos limites das políticas educacionais de formação e valorização de professores.

Palavras chave: trabalho assalariado; formação profissional; trabalho associado.

Abstract. This article aims to problematize the limits of the relation between salaried work and the policies of professional formation of the teacher, in order to argue the importance of a radical transformation of the social relations of production to overcome the problems related to employment and teacher valorization. Through the analysis of the supply and demand of teachers / pedagogues in the labor market of the Brazil and, particularly, of the State of Paraná, in the period from 2009 to 2013, we consider that there is a tendency of professional devaluation originating from the very logic of the relations between labor and capital. In this sense, based on the analysis of reality subsidized by the methodological theoretical framework of Dialectical Historical Materialism, we defend a social organization based on freely associated work to overcome the limits of educational policies for teacher training and appreciation.

Keywords: wage work; professional qualification; associated work.

INTRODUÇÃO

No processo de produção do conhecimento científico é inevitável que façamos problematizações, sobretudo que delimitemos nossos objetos de investigação. No campo da Educação, especificamente na área das Políticas Educacionais, nós pesquisadores precisamos buscar respostas às questões específicas, seja sobre formação de professores, currículo escolar, financiamento da educação, valorização docente, etc. Desse modo, esse artigo procura, por meio da análise da relação entre o trabalho assalariado e as políticas de formação profissional do professor, problematizar os limites dessa relação e argumentar a importância de uma transformação radical das relações sociais de produção para a superação dos problemas relativos ao emprego e valorização de professores.

Esse caráter de crítica radical da organização social moderna é indispensável para aqueles que utilizam o referencial teórico do Materialismo Histórico-Dialético, uma vez que estabelecer respostas a problemas da ordem social atual sem propor uma direção para além dessa forma de sociabilidade é reafirmar a manutenção da sociedade capitalista.

Nesse sentido, propomos um debate sobre formação profissional, trabalho assalariado e trabalho associado, a partir da análise empírica de determinado contexto. Sendo assim, este texto é parte integrante, portanto resultado, de uma pesquisa que buscou analisar a relação entre oferta e demanda de Pedagogos no Estado do Paraná (2009-2013). A partir dos resultados da pesquisa, considerou-se que há uma tendência de uma oferta maior que a demanda dos profissionais da Pedagogia, contribuindo para a desvalorização desse profissional¹.

Esse artigo está dividido em dois momentos principais. Sendo que, no primeiro momento, apresentamos dados de natureza estatística coletados e organizados durante a pesquisa. Por sua vez, no

¹ A pesquisa se baseou nos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e dados da Secretaria de Educação (SEED) do Estado do Paraná para demarcar o cenário da demanda do mercado de trabalho e buscou dados nas 122 Instituições de Ensino Superior (IES) que ofertam o curso de Pedagogia no Paraná, dos quais apenas 37 contribuíram com a informação do número de concluintes, correspondente a oferta de força de trabalho.

segundo momento realizamos uma análise dos dados a partir de autores e teorias que contribuem para a explicação dos fenômenos sociais, especificamente a respeito da relação entre oferta (formação inicial) e demanda (mercado de trabalho) de trabalhadores (professores).

Optamos por essa exposição, por assim considerar que a realidade empírica antecede a explicação teórica. Nesse sentido, no item a seguir apresentamos elementos do contexto particular que propomos investigar.

A OFERTA E A DEMANDA DE PEDAGOGOS NO ESTADO DO PARANÁ E BRASIL (2009-2013)

A partir de dados levantados a respeito do número de concluintes em Pedagogia e o número de funções docentes disponíveis no mercado de trabalho, correspondente a atuação deste profissional, no período de 2009 a 2013, buscamos realizar uma análise comparativa entre a oferta e a demanda de professores/pedagogos no Brasil e, detalhadamente, no Estado do Paraná.

Na Tabela 1, sistematizamos, primeiramente a nível nacional, o número das principais funções docentes, as quais correspondem a atuação do profissional formado em Pedagogia, sendo a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental, dentre o período de 2009 a 2013 no Brasil. Nesse sentido, procuramos compreender o crescimento no número dessas ocupações, a fim de identificarmos a demanda de trabalho para esses profissionais.

Tabela 1. Número de funções docentes, por etapa de ensino – Brasil (2009–2013)

Ano	Ed. Infantil	Anos Iniciais	Total
2009	381.471	717.295	1.098.766
2010	408.739	724.541	1.133.280
2011	443.405	734.043	1.177.448
2012	474.591	736.895	1.211.486
2013	498.785	745.650	1.244.435

Fonte: Censo da Educação Básica, INEP (2009 - 2013), organizado pela autora.

Em um segundo momento, organizamos por meio da Tabela 2, o número de concluintes em Pedagogia no Brasil, no mesmo período. Com o objetivo de identificar o número de profissionais formados em Pedagogia, correspondendo a oferta dessa força de trabalho no mercado. Vejamos:

Tabela 2. Número de concluintes em Pedagogia, por modalidade de ensino – Brasil (2009 a 2013)

Ano	Presencial	EAD	Total
2009	43.975	60.736	104.711
2010	58.600	49.208	107.808
2011	62.138	57.703	119.841
2012	56.735	55.402	112.137
2013	55.189	40.822	96.011

Fonte: Sinopse estatística do Ensino Superior, INEP (2009 a 2013), organizado pela autora.

Observamos a partir da Tabela 1, que houve um crescimento de 145.669 funções no mercado de trabalho para os profissionais da Pedagogia no Brasil, no período analisado. Dessas, 34.514 novas funções docentes surgiram entre os anos de 2009 a 2010, 44.168 novas funções surgiram entre os anos de 2010 a 2011, 34.038 surgiram no período de 2011 a 2012, e entre os anos de 2012 a 2013, observamos um acréscimo de 32.949 novas funções para Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, onde podem atuar o profissional formado em Pedagogia no Brasil².

A partir da segunda tabela, observamos que, assim como o crescimento das funções, o número de concluintes em Pedagogia em 2011 também foi superior em relação aos outros anos, enquanto no ano de 2013, houve uma diminuição do número de concluintes, da mesma forma como ocorreu em relação às funções.

² Sabe-se que o profissional formado em Pedagogia pode exercer muitas atividades, seja na área da Educação especial, da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, da Educação de Jovens e Adultos, da Gestão Pedagógica, etc. Contudo, nesta pesquisa, levamos em consideração apenas as funções docentes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental para a análise do contexto nacional e na análise do contexto estadual paranaense, além das funções anteriores, incluímos as funções de pedagogos escolares. Essas limitações são oriundas das dificuldades de coleta de dados, porém, consideramos que essa condição não compromete a análise que objetivamos realizar.

Identificamos que, no período de 2009 a 2013, surgiu 540.508 novos concluintes em Pedagogia no Brasil, ou seja, nesse período a oferta de pedagogos no Brasil aumentou consideravelmente. Sendo que, deste montante, 263.871 concluíram o curso na modalidade Educação a Distância (EAD), correspondendo a 48,81% da formação de Pedagogia nesse período.

Com base no detalhamento dos dados da pesquisa, observamos que o número de concluintes na rede de ensino privada é superior à rede de ensino pública, pois, no período observado, dos 540.508 novos pedagogos, apenas 121.102 concluíram em IES públicas, outros 419.406 se formaram em IES privadas. Desse modo, observamos que a oferta do curso de Pedagogia pela esfera privada, corresponde a 77,59% no país. Se analisarmos separadamente por modalidades de ensino, 73,19% dos concluintes em pedagogia presencial pertencem a iniciativa privada, por sua vez na modalidade EAD, a formação em Pedagogia pela iniciativa privada é ainda maior, cerca de 82,20% dos concluintes.

Constatamos, por meio das tabelas anteriores, que entre os anos de 2009 a 2013, houve um total de 540.508 novos profissionais formados em Pedagogia no Brasil, representando parte³ da oferta de pedagogos a nível nacional, enquanto a demanda do mercado de trabalho para este profissional teve um acréscimo de 145.669 novas funções docentes, no mesmo período.

Se apenas subtrairmos o número de concluintes do período (540.508) com o crescimento das funções (145.669), chegamos à conclusão de que há, tecnicamente, 394.839 concluintes sem funções, ou seja, há uma oferta maior de pedagogos do que a demanda do mercado brasileiro.

Porém, a realidade é ainda mais complexa, se analisarmos o número das funções docentes no Brasil por grau de escolaridade e pelo número de professores com formação apenas em nível médio, percebemos que a oferta de trabalho, em determinadas funções, inclui os professores com formação em nível médio, tornando-a ainda maior.

Cabe destacar que o problema do nível de formação dos professores é contraditório, uma vez que, políticas educacionais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Nº. 9.394/96 e o Plano Nacional de Educação (PNE/2014) legitimam a necessidade e a importância de professores da Educação Básica com formação em nível superior, contudo, as políticas de valorização docente, sobretudo municipais, caminham na contramão do fortalecimento da formação em nível superior, porque permitem o ingresso em concurso público de profissionais com formação em nível médio e nem sempre estabelecem planos de formação continuada. Na tabela seguinte, indicamos o percentual de funções docentes no Brasil com formação em nível médio:

Tabela 3. Número de funções docentes na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com formação em nível fundamental, médio e superior – Brasil (2009 a 2013)

Ano	Total	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	% das funções docentes com nível médio do total de funções
2009	1.098.766	9.059	451.465	638.242	41,09%
2010	1.133.280	8.392	398.430	726.458	35,15%
2011	1.177.448	6.142	347.663	823.643	29,52%
2012	1.211.486	4.910	397.885	808.691	32,84%
2013	1.244.435	4.412	384.305	855.718	30,88%

Fonte: Censo da Educação Básica, INEP (2009 a 2013), organizado pela autora. Nota: O nível de escolaridade de Nível Médio inclui magistério e ensino médio regular.

Observamos que houve uma evolução de 217.476 funções com nível de escolaridade superior e uma diminuição de 67.160 funções docentes com escolaridade em nível médio, no período analisado. Esse fator deve ser levado em consideração, pois, podemos compreender que os 67.160 professores poderiam ter adquirido o ensino superior ao longo do tempo, permanecendo nas suas funções. Desse modo, dos 540.508 profissionais que concluíram Pedagogia no Brasil, no período de 2009 a 2013, suponhamos que 67.160 fossem profissionais do magistério com formação docente em Nível Médio e que já atuavam na escola, temos, então, um total de 473.348 novos pedagogos formados no período de 2009 a 2013 que não ocupavam funções docentes na Educação Infantil e nem nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Nesse sentido, levamos em consideração as funções docentes na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental (145.669) e o número de concluintes em Pedagogia (473.348) no período analisado

³ Isso porque não estamos levando em considerações os pedagogos formados em anos anteriores.

e constatamos que há uma oferta maior de pedagogos no Brasil do que a demanda do mercado de trabalho, levando em consideração os últimos anos.

Nesse sentido, observamos que apenas 30,77% dos concluintes em Pedagogia no Brasil, no período de 2009 a 2013, ocuparam postos de trabalho referentes às suas áreas de atuação. Subentende-se que 60,23% dos concluintes em Pedagogia (2009-2013) no Brasil não atuaram nas áreas das funções supracitadas.

Nesse sentido, primeiramente, há uma necessidade em investir em formação continuada dos professores que já atuam na Educação Básica tendo apenas formação em nível médio, que representavam, em 2013, 30,99% das funções docentes. Dessa forma, a política educacional deve caminhar no sentido de ampliação da oferta de formação em nível superior para profissionais que já ocupam funções. Dessa forma, não há uma demanda de formação de novos professores para o mercado de trabalho, mas uma demanda de formação superior para os professores que já atuam com nível médio. Em segundo lugar, a contratação de professores, via concursos ou processos seletivos diversos, deve impossibilitar a contratação de profissionais com formação em nível médio, caso contrário, as políticas de formação de professores se mostram contraditórias em relação às políticas de valorização e carreira dos profissionais do magistério, uma vez que, ao mesmo tempo em que se pretende investir em formação de nível superior, há estados e municípios, que mesmo existindo uma oferta suficiente de pedagogos, contratam professores com formação em nível médio.

A respeito das especificidades da relação entre oferta e demanda de professores/pedagogos no Paraná, observamos os dados organizados na Tabela 4.

Tabela 4. Comparativo entre o crescimento do número de funções e o número de concluintes em Pedagogia – Paraná (2009–2013)

Ano	Total de funções	Evolução das funções de um ano para outro	% de crescimento das funções	Novos concluintes em pedagogia*
2009	65.948	2.165**	3,39%	6.763
2010	67.846	1.898	2,87%	4.042
2011	70.634	2.788	4,10%	2.787
2012	76.309	5.675	8,03%	8.421
2013	79.970	3.661	4,79%	4.505
TOTAL		16.187		26.518

Fonte: Censo da Educação Básica, INEP (2009–2013), site da SEED/PR e 37 IES, organizado pela autora.

** 2.165 é o crescimento de funções em relação ao ano de 2008. Sendo que em 2008, havia um total de 63.783 funções docentes (19.169 na Educação Infantil, 39.287 nos anos iniciais do Ensino Fundamental e 5.327 pedagogos estaduais).

Na Tabela 4, podemos observar que o número de funções docentes no Paraná cresceu 16.187 entre os anos de 2009 a 2013, sendo que o seu maior crescimento foi em 2012. No mesmo período, houve a conclusão de, pelo menos, 26.518⁴ pedagogos, desse modo, constatamos que há uma oferta maior que a demanda de pedagogos no Paraná, levando-se em consideração o período observado.

É válido destacar que a relação entre a oferta e a demanda deve ser analisada num conjunto de um longo período e não apenas anualmente, já que o número de concluintes é acumulativo. Na tabela a seguir, observamos as funções docentes no Paraná, de acordo com o nível de escolaridade.

Tabela 5. Número de funções docentes na Educação Infantil e Ensino Fundamental (anos iniciais) e pedagogos estaduais, com formação em nível fundamental, médio e superior – Paraná (2009 - 2013)

Ano	Total	Ensino Fundamental	Ensino Médio*	Ensino Superior**	% das funções docentes com nível médio do total de funções (nível médio e superior)
2009	65.948	337	15.628	49.983	23,69%
2010	67.846	292	11.440	56.114	16,86%
2011	70.634	244	9.922	60.468	14,04%
2012	76.309	205	14.857	61.247	19,46%
2013	79.970	190	14.469	65.311	18,09%

Fonte: Censo da Educação Básica, INEP (2009 - 2013), site da SEED/PR e 37 IES, pela autora.

*O nível de escolaridade de nível médio inclui magistério e ensino médio regular.

⁴ Levando em consideração a ausência de dados de grande parte das IES que ofertam o curso no estado.

** Incluímos o número de pedagogos estaduais, visto que a SEED/PR só contrata pedagogos com nível superior.

Observa-se que, no ano de 2010 e 2011, ocorreu uma diminuição da porcentagem de funções com nível médio, aumentando, assim, o número de funções com nível superior. Porém, em 2012 e 2013, o número de funções com nível médio volta a subir, demonstrando, assim, que municípios passaram a contratar, nos últimos anos, profissionais formados em nível médio, mesmo havendo uma oferta suficiente de pedagogos com nível superior. Isso se dá, possivelmente, em razão da viabilidade de contratação de tais profissionais com formação em nível médio, atrelado aos interesses financeiros de cada município ou instituição de ensino privado, visto que os gastos com pagamentos dos profissionais com formação em nível médio são inferiores aos gastos com pagamentos de profissionais com nível superior.

De modo geral, como observamos na tabela 5, de 2009 a 2013, 1.159 professores/pedagogos que já ocupavam funções no mercado de trabalho se formaram em Pedagogia, durante o período. Desse modo, dos 26.518 novos pedagogos, 1.159 poderiam ser profissionais que já ocupavam funções, sendo assim, temos, tecnicamente, 25.359 pedagogos formados de 2009 a 2013 e um crescimento de 16.187 funções, demonstrando, desse modo, que há uma oferta maior que a demanda de pedagogos no Paraná, entre os anos analisado. Essa desproporção entre oferta e demanda é ainda maior, se levarmos em conta o considerável contingente de IES que não disponibilizaram o número de concluintes, sobretudo, as grandes redes de ensino a distância, que lideram a formação no país.

Cabe-nos questionar se essa desproporção entre oferta e demanda reflete na valorização desses profissionais, problematizando a natureza dos reflexos e a origem desse fenômeno. Sabe-se que a venda da força de trabalho em troca de salário converte o trabalho em mercadoria e, desse modo, assim como toda e qualquer mercadoria, a força de trabalho está submetida às leis do funcionamento da sociedade capitalista. Nesse sentido, ao existir uma oferta de pedagogos maior que a demanda do mercado de trabalho, estaria acontecendo um processo de (des) valorização do professor? De que forma isso acontece e por quê?

Para responder essas questões, nos remeteremos a concepção teórica de Marx. Desse modo, na próxima seção analisaremos a oferta e a demanda de pedagogos no Brasil, e especificamente no Paraná, com a utilização do conceito de exército industrial de reserva, de Marx, a fim de compreender o processo de (des) valorização da atividade do professor e apontarmos para os limites das políticas de formação e valorização docente nesta organização social.

O PROCESSO DE DESVALORIZAÇÃO PROFISSIONAL E A ALTERNATIVA ÀS RELAÇÕES ENTRE TRABALHO E CAPITAL

No livro *Trabalho Assalariado e Capital: salário preço e lucro*, Marx indica, de forma sucinta, como se dá a relação entre a oferta e a demanda de força de trabalho. Nas palavras do autor, “[...] as relações entre a oferta e a procura estão sujeitas à constante mudanças e, com elas, os preços do mercado de trabalho.” (MARX, 1975, p.96). Para Marx, o valor da força de trabalho, assim como o valor de qualquer mercadoria, não é determinado pela lei da oferta e da procura, já que essas relações “[...] não regulam mais do que temporárias flutuações de preço no mercado”. (MARX, 1975, p.96). A natureza do valor das mercadorias advém do tempo socialmente necessário para a sua produção. Contudo, quando a mercadoria chega ao mercado, o seu preço (expressão monetária do valor) pode sofrer alterações, a depender de diversos fatores, como a lei da oferta e da procura.

Ao se referir à mercadoria força de trabalho, Marx (1975, p.96) explica que, “se a procura excede a oferta, os salários sobem; se é a oferta que excede a procura, os salários descem”. Contudo, Marx (1975, p.111) esclarece a respeito do valor da força de trabalho:

Como o de qualquer outra mercadoria, o seu valor é determinado pela quantidade de trabalho necessária para a sua produção. A força de trabalho de um homem só existe na sua individualidade viva. Para poder desenvolver-se e manter-se, um homem precisa consumir uma determinada quantidade de subsistência.

Nesse sentido, o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência necessários para a reprodução do trabalhador. Daí deriva a função do salário mínimo, ou seja, receber o mínimo para a garantia da satisfação das necessidades básicas de sobrevivência e reprodução da força de trabalho. É válido destacar que a força de trabalho pode, ao mesmo tempo, receber uma alta do salário e ser desvalorizada, para isso é só olhar para o aumento do salário mínimo, concomitantemente, com a diminuição do poder real de compra do salário, decorrente da inflação.

Pensemos numa mercadoria qualquer: um livro. Quando determinado livro é requisitado e muito lido, porém, não produzido na mesma proporção da demanda, a tendência é o aumento do seu preço. De maneira inversa, se esse mesmo livro fosse produzido em uma quantidade superior a necessidade, logo os produtores do livro teriam que baixar o seu preço para poder vender o estoque. Assim funciona a relação entre a oferta e demanda, porém, é necessário frisar, novamente, que essa relação não interfere no valor do livro, uma vez que o seu valor foi definido no ato da produção, o que há, são alterações de preço no mercado.

Assim como, para nós consumidores de “livros”, é importante que a relação entre a oferta e demanda leve à baixa do preço dessa mercadoria, para o consumidor de força de trabalho também é necessário que o mercado leve à baixa do seu preço. Sabemos que o consumidor de força de trabalho é o capitalista, portanto, é a ele que interessa a desvalorização da mercadoria que o mesmo consome. Nesse sentido, é interesse do capital a existência de uma população excedente em relação à necessidade da esfera da produção, mas isso não é, necessariamente, algo pensado e estipulado em uma “reunião de capitalistas” e sim, faz parte da lógica de funcionamento do capital, que, por sua vez, é incontrolável.

Sabemos, por meio de MARX (2013) que para o capitalista interessa a produção de mais-valor, e essa produção se dá por meio da exploração da força de trabalho. Com o desenvolvimento da concorrência, o capitalista precisa produzir mais em menos tempo, para isso investe em capital constante (máquinas e tecnologias) e diminui o seu capital variável (força de trabalho), dependendo cada vez menos de trabalhadores. A redução da necessidade da produção de força de trabalho leva à formação de um “exército industrial de reserva”, este

[...] é formado pela população trabalhadora que fica supérflua em relação ao capital com o progresso das forças produtivas (que se traduz em um montante crescente de meios de produção em relação à força de trabalho) e toda uma população que não está diretamente ligada ao [...] e empregada [...] pelo capital ou pelas instituições acessórias, mas que lhe está de alguma forma disponível. (NETO, 2013, p.11).

O conceito de exército industrial de reserva pode ser encontrado em Marx (2013), porém, quando o mesmo o formulou estava se referindo, basicamente, aos trabalhadores segregados diretamente da esfera da produção.

[...] se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado por sua própria conta. Ela fornece as suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro aumento populacional. (MARX, 2013, p.707).

Nesse sentido, quando o capital está em seu pleno desenvolvimento, pode recrutar novamente essa população excedente, e, inversamente, quando o capital está enfrentando impasses no processo de acumulação (sobretudo em momentos de crise), é necessário abrir mão desse contingente de trabalhadores e convertê-los em um exército reserva, exercendo pressão na baixa de salários. A esse respeito, Harvey (2013, p.258) enfatiza que

O modelo de Marx é bastante simples. A acumulação do capital, pressupondo-se a produtividade constante, aumenta a demanda por trabalho. Se isso gera ou não um aumento por salários depende da população disponível. Mas quanto maior é a parcela empregada da população disponível, maior é a elevação dos salários, o que diminui a taxa de exploração. Mas a massa de mais-valor pode continuar a aumentar porque mais trabalhadores estão empregados. Se em algum ponto, por alguma razão, a massa de mais-valor começa a diminuir, a demanda por trabalho cai, a pressão sobre os salários diminui e a taxa de exploração se recupera.

Nesse sentido, a produção de uma população excedente, ou seja, de uma oferta de força de trabalho maior em relação à demanda, é algo que advém do próprio funcionamento do capital. Para Marx (2013, p.705), a acumulação capitalista “produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua.”

Marx (2013) desenvolve esse pensamento no intuito de justificar a sua objeção aos economistas clássicos, como Malthus, que naturalizava a questão do desemprego, relacionando-o com o aumento da

população. Para Harvey (2013, p.263), Marx faz a crítica à “[...] tese de que a pobreza é produzida por uma classe trabalhadora que reproduz a si mesma em número demasiado grande.” (Tese que culpa a vítima). Dessa forma, Marx comprova que a produção da pobreza e do desemprego é algo inerente à organização capitalista. De acordo com Harvey (2013, p.263),

O capitalismo produz pobreza criando um excedente relativo de trabalhadores por meio do uso de tecnologias que eliminam postos de trabalho. Uma massa permanente de trabalhadores desempregados é socialmente necessária para que a acumulação continue se expandir. (HARVEY, 2013, p. 263).

Nesse sentido, a oferta desproporcional de trabalhadores assalariados em relação à demanda faz parte da lógica de acumulação de capital, sendo que “[...] o exército industrial de reserva é colocado na produção e, em seguida, retirado em movimentos alternados, criando um movimento cíclico no mercado de trabalho.” (HARVEY, 2013, p. 264).

Dessa forma, criando um excedente de população, não só os trabalhadores desempregados se submetem a qualquer tipo de trabalho, salário, contratos, como os trabalhadores empregados serão pressionados, podendo ser ameaçados de demissão e, dessa forma, submetem-se às condições precárias e intensivas de trabalho. Milani e Fiod (2008, p. 93) analisam as condições de trabalho dos professores contratados no Paraná e destacam:

Situando-se o professor temporário no contexto histórico-educacional, pode-se observar que as formas de contratação utilizadas pelo Estado do Paraná, são reflexos das mudanças ocorridas no interior do mundo do trabalho. No que diz respeito à eliminação da força humana, o trabalho tem como consequência o aumento do número de desempregados ou desocupados em todo mundo. Esse contingente de excluídos se submetem a quaisquer condições de trabalho.

Ao analisar a relação entre a oferta e a demanda de pedagogos no Brasil e no Paraná, podemos evidenciar o porquê, atualmente, os professores se submeterem a trabalhar, continuamente, sobre regime de contratos temporários, com planos de carreira pouco atrativos e salários inferiores, se comparados a outras profissões.

Onde quer que enfrente problemas de oferta de trabalho, a acumulação do capital expulsa as pessoas de seus postos de trabalho, recorrendo a inovações tecnológicas e organizacionais, e o resultado é a queda dos salários abaixo do seu valor ou o aumento da jornada de trabalho e da intensidade de trabalho para aqueles que permanecem empregados. (HARVEY, 2013, p. 265).

O investimento em EAD no ensino superior, na esfera privada, pode ser compreendido como um investimento em capital constante, uma vez que, a tecnologia permite que as aulas sejam gravadas e transmitidas inúmeras vezes, diminuindo, assim, o número de professores na instituição (capital variável).

Do ponto de vista da formação de uma população excedente, a modalidade de EAD, no ensino superior, contribui com a formação em massa de professores, visto que, nos últimos anos, ocorreu um crescimento significativo de oferta de cursos de licenciaturas, especialmente de Pedagogia a distância. Contudo, não podemos interpretar as políticas de EAD como estratégias que estão, diretamente, ligadas aos interesses do capital, ou que elas são reflexo direto da formação do exército industrial de reserva. Todavia, se levarmos em consideração o atual contexto, podemos atribuir à EAD a função de formar uma população excedente de professores.

Como mencionado anteriormente, a formulação do conceito de “exército industrial de reserva” está ligada ao excedente de trabalhadores da esfera da produção, ou seja, daqueles vinculados à produção de capital. No entanto Moretto (2004, p.107) destaca que:

[...] a dinâmica expansiva do capital, diversificando a economia, tem produzido excesso de força de trabalho em todos os setores econômicos. O setor de serviços, por exemplo, embora esteja em forte expansão desde os anos cinquenta e, portanto, venha absorvendo o maior número de trabalhadores, devido ao seu dinamismo e concorrência, tem se estruturado cada vez mais através dos equipamentos eletrônicos, de comunicação e de informática. Este setor, estando subordinado à lógica da acumulação, à medida que se moderniza também contribui com consolidação do excedente da força de trabalho. (MORETTO, 2004, p.107).

Nesse sentido, é preciso levar em consideração que o capital é uma relação social, portanto, faz parte do complexo social. Sua lógica ultrapassa os limites de sua produção e é tomada de exemplo nos diversos

setores da economia e da sociedade, sejam eles, produtivos ou improdutivos. A criação de um excedente de profissionais de determinada categoria é usada como um mecanismo de pressão sobre as lutas dessa. A oferta de pedagogos maior que a demanda contribui para a desvalorização profissional dessa categoria profissional, uma vez que os leva a temerem por reivindicações salariais e laborais.

Freando ou negligenciando as reivindicações trabalhistas e fazendo com que os trabalhadores se submetam a baixos salários e condições precárias de trabalho, o capitalista consegue aumentar a extração de mais-valor. No caso do Estado que emprega professores, esse consegue reduzir os seus gastos com pagamentos de salários e contratação de professores pelo preço do mercado.

Marx (2008) compreende que, sobretudo em momentos de crise, o capital passa por um processo de desaceleração de acumulação de capital, conhecido como a Lei da tendência à queda da taxa de lucro, a esse respeito Marx expôs a maneira que o capital encara essa tendência, elencando, assim, contratendências à queda da taxa de lucro, como: 1) o aumento do grau de exploração do trabalho; 2) a redução dos salários; 3) a baixa de preços dos elementos do capital constante; 4) a superpopulação relativa; 5) o comércio exterior e; 6) o aumento do capital em ações. Para Marx (2008, p.312), “[...] a superpopulação relativa se torna, num país, tanto mais palpável, quanto nele se desenvolve o modo capitalista de produção.” Permitindo uma maior subordinação do trabalhador ao capital.

A respeito da superpopulação relativa, essa funciona de maneira semelhante ao exército industrial de reserva, Marx (2008) a classificou em três formas: flutuante, latente e estagnada. A superpopulação flutuante compreende os trabalhadores assalariados que, por alguma razão, são expelidos temporariamente do trabalho, mas que retornam em outros momentos, quando a acumulação de capital volta a crescer. Por sua vez, a superpopulação latente diz respeito aos trabalhadores que ainda não foram proletarizados e assalariados, como trabalhadores rurais e donas de casa. Já por superpopulação estagnada, compreende-se a população empregada de forma irregular, em péssimas condições laborais, o “lumpemproletariado”. (MARX, 2008).

Na perspectiva de Marx (2008), a superpopulação relativa, sobretudo a flutuante, assim como outras contratendências à queda tendencial da taxa de lucro, contribui para, entre outras coisas, diminuir o número de trabalhadores, pressionar os salários e recuperar o fôlego de acumulação de capital. Essa relação, obviamente, não é difundida na sociedade, pelo contrário, é camuflada com ideologias que facilmente ouvimos por aí. Sobre isso, Harvey (2013, p. 269) destaca que

O argumento da direita é que o desemprego surge quando os trabalhadores cobram um preço muito alto por seu trabalho. Os trabalhadores criam desemprego quando se recusam a trabalhar por um salário abaixo de certo salário mínimo! Isso costuma acontecer quando as políticas de bem-estar são muito generosas. Logo, a melhor maneira de acabar com o desemprego é reduzir essas políticas a zero.

Portanto, é necessário compreender que, com a reestruturação produtiva e a expansão do capital com novos campos de exploração, a esfera da educação, da formação e da profissionalização de professores e pedagogos, sofre os impactos dos interesses do mercado, pois, a lógica capitalista é generalizada e a precarização dos trabalhadores é acentuada.

Consideramos que a relação entre a oferta e a demanda de pedagogos, no Paraná, sofre as influências da lógica capitalista da formação do exército industrial de reserva, conforme Marx. Desse modo, podemos afirmar que há uma população excedente de professores que levam à desvalorização da carreira docente.

Cabe-nos questionar qual o papel das políticas educacionais para a formação de professores, visto que o crescimento no número de concluintes em Pedagogia é resultado da luta pela universalização do ensino superior, unido às políticas de privatização e de incentivo à EAD.

Atualmente, os planos de carreira para professores e a política educacional de valorização docente, ao possibilitar o ingresso de profissionais formados em nível médio em concursos públicos, sob condições similares aos profissionais com nível superior em Pedagogia, contribui para a formação de uma população excedente, ainda maior, nas regiões sul e sudeste do país, as quais possuem uma oferta suficiente de profissionais.

Contudo, não podemos compreender o papel do Estado e das políticas educacionais como uma relação mecânica e sim como uma relação dialética, situada no bojo das contradições da sociedade capitalista. Desse modo, a contradição consiste no fato de que a classe trabalhadora e, sobretudo, os filhos da classe trabalhadora, reivindicam cada vez mais pelo direito ao acesso ao ensino superior, ou seja, pela democratização da educação, porém, contraditoriamente, a universalização da educação e a massificação

do ensino superior não levam à conquista da ascensão social por parte da maioria da população, visto que o sistema produtivo se organiza a partir da exclusão de boa parte dos trabalhadores.

Nesse sentido, as políticas educacionais podem exercer mediações importantes a favor da classe trabalhadora, invocando o direito pela qualidade e democratização da educação em todos os seus níveis, contudo, ela precisa, fundamentalmente, estar acompanhada da luta pela superação da organização capitalista e da exploração do trabalho humano.

Quanto ao ensino superior, não podemos julgá-lo como um lugar onde se executa as leis do mercado, mas como um espaço de disputa de interesses e luta, haja vista que a universidade pode, contraditoriamente e concomitantemente com a lógica de exclusão do capital, produzir conhecimentos em prol da organização da classe trabalhadora.

Desse modo, a partir das análises realizadas e da constatação de que a sociedade capitalista é essencialmente excludente, sendo que a gênese da exclusão está no lócus a acumulação concentrada de capital, nos perguntamos: Elitizar o ensino superior e controlar a oferta de profissionais para a sua valorização ou superar a atual forma de sociabilidade?

Por décadas a teoria do capital humano esteve em vigor no Brasil e no mundo, justificada por meio do ideário de que a educação e a formação profissional fossem um meio de integração social. (FRIGOTTO, 2013). Porém, essa concepção foi rompida, mas não completamente, pois, atualmente, a teoria do capital humano é difundida nos termos da empregabilidade. (GENTILI, 2004, 2013). Desse modo, admitiu-se, em partes, a incapacidade do sistema produtivo de absorção da força de trabalho qualificada, porém, jogou-se a responsabilidade do (des) emprego para a subjetividade do trabalhador, por isso, questionamos: Se a promessa de integração social é uma falácia, devemos lutar para elitizar o ensino superior ou romper com a organização burguesa do trabalho?

A resposta não poderia ser diferente, dada a concepção teórica marxista em que se pauta este artigo: Romper! A organização burguesa do trabalho deve ser superada! Por meio da luta da classe trabalhadora!

A questão da teoria é uma questão prática, como já anunciava Marx (2007). Portanto, não basta apenas teorizar a realidade, é preciso modificá-la e a modificação da natureza e da sociedade só é possível pela ação humana:

A história não faz nada, “não possui nenhuma riqueza imensa”, “nem luta nenhum tipo de luta”! Quem faz tudo isso, que possui e luta é, muito antes, o homem, o homem real, que vive; não é, por certo a “História”, que utiliza o homem como meio para alcançar seus fins – como se tratasse de uma pessoa a parte -, pois a história não é senão a atividade do homem que persegue seus objetivos [grifos no original]. (MARX, ENGELS, 2011, p.101).

A organização da classe trabalhadora é fundamental para a superação da organização burguesa do trabalho e para construir uma sociedade sobre as bases da organização do trabalho associado. Nessa, a organização do trabalho é definida pela coletividade dos proletários revolucionários “[...] os indivíduos participam como indivíduos. É precisamente essa associação de indivíduos [...] que coloca sob seu controle as condições do livre desenvolvimento e do movimento dos indivíduos.” (MARX; ENGELS, 2007, p.66-67). O trabalho associado ou organização comunista⁵ do trabalho é

[...] onde cada um não tem um campo de atividade exclusivo, mas pode aperfeiçoar-se em todos os campos que lhe agradam, a sociedade regula a produção geral e me confere, assim, a possibilidade de fazer isto, amanhã aquilo, de caçar pela manhã, pescar à tarde, à noite dedicar-me à criação de gado, criticar após o jantar, exatamente de acordo com minha vontade, sem que eu jamais me torne caçador, pescador, pastor ou crítico. (MARX; ENGELS, 2007, p. 37).

Ao contrário do trabalhador assalariado, o trabalhador associado se reconhecerá no fruto de seu trabalho, buscará se qualificar naquilo que lhe agrada, valorizar-se-á a formação de qualidade e a formação em quantidade conforme a necessidade. Desse modo, “[...] com a superação da base, da propriedade privada, com a regulação comunista de produção e, ligada a ela, a supressão da relação dos homens com seus próprios produtos, o poder da relação de oferta e procura reduz-se a nada e os homens retomam seu poder sobre a troca, a produção e o modo de seu relacionamento recíproco.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 39). Assim, de acordo com a concepção marxiana,

⁵ Marx e Engels (2007, p.37) afirmam que, “o comunismo não é para nós um *estado de coisas* que deve ser instaurado, um Ideal para o qual a realidade deve se direcionar. Chamamos de comunismo o movimento real que supera o estado de coisas atual.”

O comunismo distingue-se de todos os movimentos anteriores porque revoluciona os fundamentos de todas as relações de produção e de intercâmbio precedentes e porque pela primeira vez aborda conscientemente todos os pressupostos naturais como criação dos homens que existiram anteriormente, despojando-os de seu caráter natural e submetendo-os ao poder dos indivíduos associados. Sua organização é, por isso, essencialmente econômica, a produção material das condições dessa associação; ele faz das condições existentes as condições da associação. (MARX; ENGELS, 2007, p.67).

A educação, nessa perspectiva, não estará a serviço dos interesses da classe dominante, pois, será expressão de uma organização, verdadeiramente livre do trabalho, portanto, racionalizada e definida coletivamente. “A emancipação do homem, a construção humana do homem exige, pois, a ultrapassagem do homem e da política”. (CHASIN, 2000, p.123). Isso quer dizer que as decisões no campo da educação serão coerentes com a organização social que estará voltada para os interesses da humanidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma alternativa significativamente diferente para a educação e formação precisa estar atrelada a uma proposta significativamente diferente de sociedade. Nesse sentido, as políticas educacionais devem ter como finalidade, além da perspectiva da igualdade de direito, a consolidação de uma sociedade sem classes.

Apesar de analisarmos a oferta e a demanda a partir de uma amostra limitada de dados, sobretudo aos dados referentes ao número de concluintes, constatamos que há uma oferta maior que a demanda de pedagogos, tanto no Brasil como no Paraná, no período analisado. Essa oferta maior que a demanda contribui para a formação de uma população excedente de profissionais da área levando a possível desvalorização profissional. É válido ressaltar que, apesar de as funções docentes serem destinadas aos profissionais formados em Pedagogia, elas também compreendem os profissionais formados em nível médio, bem como, muitas dessas funções são ocupadas por licenciados em áreas correlatas a educação. Esses fatores contribuem para que a oferta de professores seja ainda maior perante a demanda do estado.

Destacamos, também, que diversas variáveis podem intervir na modificação da realidade quantitativa, contudo, elas não interferem na confiabilidade da explicação teórica a qual nos amparamos para argumentar o processo de desvalorização por meio da desproporção entre da oferta e demanda de pedagogos.

A partir da lógica explicativa do conceito de “exército industrial de reserva” de Marx, consideramos que a relação entre uma oferta maior que a demanda, da mercadoria força de trabalho, influencia na desvalorização profissional. Marx compreende que, na sociedade capitalista, a formação de uma população de trabalhadores excedente é fundamental para a continuidade do processo de acumulação de capital, sobretudo, em tempos de crise. Embora esse conceito esteja atrelado à categoria de trabalhadores produtivos, diretamente ligados à produção de capital, compreendemos que a relação social do capital, na sua necessidade expansiva de generalização e desenvolvimento, influencia os diversos setores e categorias de trabalhadores, inclusive os improdutivos e da área de serviços.

Evidenciamos, com a pesquisa, que o capital age, por meio do Estado e das políticas educacionais, de acordo com seus interesses. Dessa forma, a educação formal pode cumprir o papel de mediadora do processo de acumulação capitalista, pois, o prolongamento da universalidade, por meio do ingresso ao Ensino Superior, tem como efeito “[...] tanto o represamento de um exército de reserva, quanto como válvula de escape das tensões sociais.” (FRIGOTTO, 2001, p. 224). Contudo, é importante frisar que o acesso aos níveis cada vez mais elevados de escolaridade, traduzem as conquistas da classe trabalhadora.

Todavia tal oferta poderia não ser excessiva, caso as políticas educacionais de fato garantissem escola para todas as crianças, desde os primeiros anos de vida, assim como, a diminuição do número de alunos por turma e o aumento de profissionais atuando na gestão pedagógica.

Do ponto de vista da relação entre trabalho e formação, concluímos que a formação humana está condicionada as relações sociais de produção. Sendo assim, atualmente, o desenvolvimento da formação humana depende, fundamentalmente, da superação da sociedade capitalista e do trabalho assalariado. Por sua vez, a formação profissional, cumpre o papel de favorecer a relação entre trabalho assalariado e capital.

Após tal constatação, apontamos para a alternativa viável da superação da forma de trabalho assalariado e a consolidação da organização do trabalho associado. Nesse sentido, compreendemos que a solução para a desvalorização e mercantilização da força de trabalho humana só será possível com a superação da sociedade capitalista, bem como, a defesa da universalização da formação profissional em nível superior só será concretizará ao lado da luta do trabalhador em geral, não só pela luta por direitos e valorização trabalhista, mas pela superação do trabalho assalariado e a consolidação do trabalho associado.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. (2015). *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm >. Acesso em: 01 abr. 2015.
- BRASIL. (2000). *Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação*. Brasília: MEC. Disponível em: < http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf >. Acesso em: 16 Mai. 2017.
- Chasin, J. (2000). *Tomo III – Política: A determinação ontonegativa da politicidade*. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem.
- Frigotto, G. (2001). *A produtividade da escola improdutiva* (6. ed.). São Paulo: Cortez.
- Frigotto, G. (2013). Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: Frigotto, G. (Org.). *Educação e Crise do Trabalho* (12. ed.). Petrópolis: Vozes.
- Genili, P. (2004). Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. IN: Lombardi, J. C.; Saviani, D.; Sanfelice, J. C. (Orgs.). *Capitalismo Trabalho e Educação*. Campinas: Autores Associados.
- Harvey, D. (2013). *Para entender O Capital*. Livro I São Paulo: Boitempo.
- INEP. *Censo da Educação Básica (2008 a 2013)*. Brasília, Ministério da Educação.
- INEP. *Sinopses estatísticas do Ensino Superior (2004 a 2013)*. Brasília, Ministério da Educação.
- Marx, K. (2013). *O capital: crítica da economia política*. Livro. 1. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (2008). *O Capital*. Livro III. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.
- Marx, K. (2007). Teses sobre Feuerbach. In: Marx, K.; Engels, F. *A ideologia alemã*. Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (1975). *Trabalho Assalariado e Capital: Salário, preço e lucro*. Porto: Publicações Escorpão.
- Marx, K.; Engels, F. (2007). *A ideologia alemã*: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K.; Engels, F. (2011). *Sagrada família*, ou, A crítica da crítica crítica contra Bruno Bauer e seus consortes. São Paulo: Boitempo.
- Milani, N. Z.; Fiod, E. G. M. (2008). Precarização do trabalho docente nas escolas públicas do Paraná (1990-2005). *Revista Roteiro*, 33, 77-100.